

# Boletim Informativo

## Projeto de Extensão Direito à Cidade e as lutas pelo espaço urbano:

### necessidades radicais e utopia

Edição nº 3, 31 de julho de 2020

## Apresentação: a segregação sócioespacial e as formas das precarizações na vida das populações mais pobres

*Rafael Faleiros de Padua*

Este é o terceiro boletim de divulgação das atividades e reflexões do Projeto de Extensão “Direito à Cidade e as lutas pelo espaço urbano: necessidades radicais e utopia” (PROBEX/UFPB, 2020), e procura atualizar e divulgar o que temos feito. Desde o último boletim, divulgado no início de junho, muitas atividades foram realizadas, sempre de forma remota, mas foi possível continuar a aproximação com as questões urgentes postas para as populações mais pobres que vivem em Comunidades, Favelas e Ocupações. De um modo ainda restrito, devido aos limites postos pelo trabalho remoto, realizamos reuniões com representantes de Comunidades periféricas onde a precariedade alcança agora os limites da sobrevivência, com carências de inúmeras ordens e num quadro de contínua precarização.

Junto com representantes do FERURB-PB e do MPF-PB, nossos parceiros no projeto de extensão, assim como com a participação de vários professores de diferentes áreas que contribuem nas atividades e os alunos bolsista e voluntários, participamos de inúmeras reuniões de levantamento de demandas de comunidades periféricas onde se aprofundam as precarizações em vários aspectos da vida urbana concreta. As lideranças comunitárias de algumas comunidades da Zona Sul de João Pessoa, de diferentes formas, explicitaram as necessidades urgentes da população mais pobre, ressaltando o problema da fome, das precárias condições de moradia, das carências quase absolutas de mulheres grávidas e mães com filhos pequenos, das dificuldades para atendimento de saúde, de condições ultra-precárias de fa-

mílias e também de idosos, enfim, evidenciando que os problemas que já estavam postos antes da pandemia, se agravam consideravelmente nesse momento.

Nesse mesmo contexto de convocação de reuniões, dentro das atividades coordenadas pelo FERURB-PB e com apoio do MPF-PB, nas quais também participamos, direcionou-se as preocupações com as comunidades que sofreram, para além dos impactos da expansão da pandemia do Covid-19, das enchentes provocadas pelas chuvas. Tudo isso nos apresentou um conjunto de demandas urgentes a serem encaminhadas às secretarias estatais ligadas à área de Assistência Social. Nesse sentido, duas frentes foram realizadas, uma de levantamento detalhado do número de famílias necessitadas de cestas básicas e encaminhamento de ofício para o MPF-PB levar as demandas aos órgãos. Outra frente que estamos participando dentro do contexto de atividades do FERURB-PB é para a construção de pautas a serem levadas para a Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba. As demandas nesse momento ressaltam as necessidades emergenciais e urgentes, mas evidenciam as condições precárias vividas concretamente uma grande parcela da sociedade. Outra demanda urgente, além do pedido de cestas básicas, foi o fornecimento de enxovais e fraldas para mulheres grávidas e mães com filhos pequenos, que exigiu um cuidado com a preparação de listas para o encaminhamento de ofício solicitando do poder público providências para garantias de direitos.

Dessa forma, a atuação do projeto tem tentado se colocar mais ativamente nos problemas concretos

da população mais pobre, o que nos coloca diante de imensos desafios e limites. Os desafios são em inúmeros aspectos, começando pelo exercício metodológico de tentar compreender e interpretar possíveis saídas urgentes para problemas que se agravam com rapidez; outro desafio é o de alguma forma se colocar como mediação de construção de uma consciência possível do processo junto às lideranças e moradores das comunidades que leve a uma politização possível das questões, concebendo as precariedades, as humilhações, as carências, enfim, as condições muito difíceis apresentadas, como violação de direitos sociais básicos. Os limites, tanto para lidar com as necessidades básicas urgentes apresentadas, lidando com o tempo de encaminhamento das instâncias estatais que não é o mesmo tempo das necessidades concretas, assim como para uma politização mais consequente da própria condição na reprodução social, são evidentes e revelam o tempo todo que as questões urgentes têm raízes seculares na história brasileira.

Essa questão das barreiras para uma politização concreta das populações que mais sofrem no seu vivido as contradições da sociedade é uma reflexão que surgiu a partir dos debates de levantamento das demandas de lideranças comunitárias e que estamos buscando trabalhar no projeto, em atividades de debates. Um primeiro encaminhamento nesse sentido aponta para a importância dos movimentos sociais no processo de mediação entre as necessidades mais imediatas e o movimento da realidade mais amplo de modo a constituir um balizamento na construção das lutas por direitos a partir da realidade concreta. A nossa ideia inicial para um possível encaminhamento das demandas urgentes era, atuando junto com orientações do MPF-PB e do FERURB-PB, elaborarmos pequenos documentos de orientação para que a população pudesse reivindicar de forma mais agilizada os órgãos estatais para a resolução dos problemas. No entanto, nas discussões, essa possibilidade foi superada devido ao próprio modo como se colocam as possibilidades de agilização da resolução dos problemas.

É preciso ressaltar que todas essas questões que vamos levantando surgem da prática das atividades do projeto de extensão e se colocam aqui como um primeiro momento de reflexão realizado nos momentos de debates coletivos entre os membros do projeto. Encaminhando essa reflexão sobre a necessária consolidação das lutas por direitos, quando expressamos a preocupação com a politização das parcelas mais pobres da população estamos buscando expressar

que é a partir da vida concreta de expropriações e destruições de direitos que essa luta deve ser iniciada em direção à perspectivas de luta por direitos. Diante dos elementos apresentados a partir de nossas aproximações, parece que faltam mediações para fazer com que da consciência das inúmeras privações vividas concretamente se passe para a consciência da violação de direitos a que estão submetidos e da legitimidade de se apresentarem como sujeitos portadores de direitos às diversas esferas da sociedade, sobretudo ao Estado, que medeia para que a desigualdade se perpetue, mas deve ser pressionado para que os direitos sociais básicos sejam generalizados. Sabemos que as próprias condições da vida não permitem o tempo necessário para a luta, mas ao mesmo tempo a gravidade em que a realidade se coloca nesse momento exige alguns encontros entre parcelas das classes trabalhadoras mais pobres e os movimentos sociais.

As redes de solidariedade, depois de meses de pandemia, continuam sendo fundamentais para a preservação da vida em muitos lugares das periferias. As ações de vários movimentos sociais, associações e coletivos vão na direção de auxiliar com os elementos básicos para a sobrevivência, como alimentos e materiais de limpeza e proteção sanitária, mas também são formas de enfrentamento da pandemia através da coletividade, do reconhecimento do outro como igual, do compartilhamento das lutas por dentro da classe trabalhadora, o que faz com que outras possibilidades de compreensão sobre a vida nos lugares mais precários da cidade se coloque enquanto solidariedade de classe em busca de direitos. Em uma rápida entrevista/conversa que fizemos com duas jovens lideranças do Levante da Juventude e da AJA (Associação de Jovens em Ação), essa perspectiva se coloca de maneira bastante evidente. Nas falas delas, que procuraremos trabalhar nesse boletim, verificamos que, ao se colocar em luta por direitos e pelo uso concreto da cidade, as comunidades, periferias, ocupações e favelas podem se tornar também o lugar do encontro, da criação e da festa.

Outro aspecto que nos chama a atenção e merece destaque é que a maioria das lideranças comunitárias com as quais conversamos nesse período do projeto de extensão são mulheres. Pela fala dessas lideranças, chama também a atenção a condição especialmente precária de mulheres grávidas, algumas ainda adolescentes e também de jovens mães com filhos pequenos, que não possuem o mínimo necessário para a sua reprodução e de sua família. Dessa forma

vamos identificando que há modalidades de precariedade qualitativamente específicas e que revelam a extensão das necessidades urgentes postas.

Nesse momento que identificamos essas características da precarização revelam as atividades de extensão como o encontro real entre a prática e a teoria, assim como evidencia o pensamento enquanto prática social. Assim, ao se estabelecer o diálogo com a realidade dos lugares periféricos, que revela a segregação sócioespacial, nos faz ao mesmo tempo questionar e repensar a própria teoria e nesse caso o próprio conceito de segregação. Ele é potente, mas toma novas formas ao evidenciar hoje uma vertiginosa piora da vida dos mais pobres e exige que o pensamento se imiscua na prática para pensar possibilidades de superação dessa realidade de segregação. Com isso, na extensão, o pensamento é prática e a teoria é posta à prova o tempo todo, revelando uma condição do pensamento crítico, que é o comprometimento com a transformação da realidade desigual em que vivemos.

Todos os relatos que vamos recolhendo revelam as dificuldades que esse período de pandemia e de necessidade de isolamento nos impõe e isso nos faz também pensar os conteúdos desse processo na vida cotidiana. Para os mais pobres, as dificuldades são das necessidades básicas como a fome, a falta de condições de fazer o isolamento e se proteger, a precariedade da moradia, e muitos outros fatores. No projeto de extensão, todos os que dele participam se colocam na mesma condição de pensadores do urbano e das questões que nos afetam. Então foi feita uma proposta aos alunos/pesquisadores participantes do projeto que escrevessem breves relatos sobre sua vida e sua compreensão desse momento. Assim, ao refletirmos sobre as contradições da produção da cidade, vividas sobretudo pelas parcelas mais pobres nas periferias, estamos também construindo um pensamento sobre a nossa própria vida na cidade, pois é preciso pensá-la enquanto totalidade e lugar da realização da vida. É preciso, nesse sentido, enfrentar o desafio de se colocar no lugar do outro e tentar ver a realidade urbana a partir do vivido precário para entender essa cidade e tentar transformá-la em um lugar da realização plena da vida de todos.

# Informativo do FERURB

O Fórum Estadual da Reforma Urbana da Paraíba vem realizando reuniões periódicas com os movimentos sociais que congrega, junto com lideranças comunitárias para o levantamento das necessidades urgentes nesse momento de pandemia e isolamento social. Contemplou-se também nessas reuniões os impactos das enchentes provocados pelas chuvas muito frequentes e volumosas dessa época do ano em João Pessoa nas comunidades e ocupações. Foram feitas também lives em parceria com outras instituições como o Instituto Voz Popular, da Comunidade São Rafael para ao, mesmo tempo, prospectar as necessidades e pressionar o Poder Público a socorrer as numerosas famílias afetadas por todo esse contexto de precarização.

A partir desses levantamentos das necessidades das comunidades, favelas, ocupações e periferias, foi elaborado a pauta de reivindicações abaixo para ser encaminhada para o Governo do Estado da Paraíba e para a Prefeitura de João Pessoa. Estão sendo feitas reuniões com secretários estaduais (já foram realizadas reuniões com o Secretário de Desenvolvimento Humano e com o Secretário da Saúde) para debater essa pauta e proximoamente será encaminhada para a Prefeitura a mesma pauta e tentativa de diálogo.

## **Pauta de reivindicações do FERURB-PB encaminhada ao Governo do Estado da Paraíba e à Prefeitura de João Pessoa**

*O Fórum Estadual de Reforma Urbana da Paraíba (FERURB-PB) congrega inúmeros movimentos sociais e entidades que trabalham na luta em direção a uma cidade de direitos para seus moradores. Nesse momento de pandemia do Covid-19, que promove impactos muito fortes sobretudo sobre as populações mais pobres dos espaços urbanos, o FERURB-PB vêm realizando reuniões e lives com representantes de Comunidades periféricas que vêm sofrendo de maneira brutal essa precarização da vida. Acrescentando o problema das enchentes aos problemas já muito evidentes da pandemia, são muitas as demandas e urgências denunciadas pela população mais pobre, revelando a falta de direitos básicos que precisa ser enfrentada pelo Estado para a garantia da vida dessas populações. A primeira das neces-*

*sidades básicas recorrentemente levantadas pelos moradores é o enfrentamento da fome que, com a destruição de direitos sociais, a crise econômica agravada pela pandemia e as dificuldades para acesso aos auxílios disponíveis, está voltando com força nas parcelas mais pobres da classe trabalhadora. Outra demanda urgente levantada e que também revela a precariedade da vida e a violação de direitos básicos, é o cuidado com a saúde das mulheres grávidas ou com filhos pequenos. Muitas dessas mães têm dificuldade de acessar o atendimento à saúde e fazer pré-natal, inclusive em função da sobrecarga do sistema de saúde com o enfrentamento ao Covid-19; outra demanda é a falta de enxovais e fraldas, itens básicos para o cuidado da criança e da mãe. Junto a essas demandas urgentes, é necessário o fornecimento de materiais de limpeza e de higiene para que a população possa se proteger devidamente contra o contágio do Covid-19. Uma quarta demanda urgente e básica diz respeito à precariedade das moradias de muitas famílias de comunidades, favelas e ocupações. Mesmo que essa seja uma questão que venha da história da produção da cidade brasileira, a segregação sócioespacial revelada na ultra-precariade da moradia se agrava consideravelmente nesse momento de pandemia e impactos das enchentes, o que impõe a necessidade de enfrentamento emergencial também nessa questão habitacional. Essa demanda se apresenta para o enfrentamento à falta de condições de garantia do direito à vida nesse momento, já que o espaço das moradias precárias muitas vezes não permitem a proteção necessária para o enfrentamento da pandemia. Junto a essa demanda emergencial da moradia se liga as condições extremamente precárias que muitos idosos vivem nesses bairros mais pobres, onde as carências vão se acumulando e atuando de modo ainda mais pesado sobre eles. O acesso à saúde também foi uma das demandas levantadas, pois relatou-se as dificuldades de pronto atendimento em PSFs que muitas vezes são distantes, falta de profissionais, carências de várias ordens que também colocam em risco a vida da população mais pobre. Ainda outra questão ressaltada por representantes das comunidades é a questão da educação de crianças e adolescentes, interrompida durante a pandemia, mas que já tinha problemas quanto à distância das escolas, falta de escolas no*

bairro e também o fornecimento da alimentação que os alunos tinham nas escolas, que agora pesa sobremaneira sobre as famílias. Uma última questão que se coloca é a disponibilização de informações de qualidade para que a população possa se proteger da melhor forma possível. As demandas urgentes são apresentadas aqui como violações de direitos básicos que já são violados historicamente, mas que agora se colocam como precarizações quase absolutas das condições de vida. A população precisa ter consciência da violação que sofre e também que ela tem direitos garantidos legalmente mas não conquistados concretamente.

**Sistematizando as questões acima apresentadas, solicita-se à Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba:**

**1. Para lidar com o problema da fome:** pede a elaboração imediata de um programa de fornecimento sistemático e periódico de cestas básicas às populações mais pobres e que nesse momento têm falta de alimentação básica para sua sobrevivência. Nota-se hoje que o fornecimento mais agilizado de cestas básicas tem sido a partir de demandas específicas, o que seguramente coloca riscos para diversas comunidades que não têm acesso às mediações necessárias para fazer as suas demandas. Nas cestas básicas devem ser acrescentados itens de limpeza e de materiais de proteção sanitária, como álcool gel 70%, máscaras, sabão, etc. Para a efetivação desse programa de modo que alcance o maior número de famílias necessitadas possível, que a SDH se utilize da articulação com o FERURB-PB, movimentos sociais, associações de bairros e entidades que atuam diretamente nas comunidades, favelas e ocupações;

**2. Para o fornecimento dos direitos das mulheres grávidas:** solicitamos o fornecimento, também imediato, de enxovais e fraldas, assim como as condições para a garantia da saúde das mães e de seus filhos. Há a necessidade evidente de um aprimoramento da assistência às mulheres grávidas e mães de filhos pequenos, no sentido de garantir seus direitos quanto à sua sobrevivência e de sua família. Coloca-se aqui também a necessidade da ampliação da educação infantil e a garantia de vagas em creches para as mães que

trabalham também fora de casa e não têm com quem deixar seus filhos.

**3. Para o enfrentamento da falta de moradias e de moradias adequadas à garantia da vida das famílias:** solicitamos a elaboração e implementação imediata de um programa emergencial de construção de moradias provisórias para o abrigamento das famílias que não têm moradias, que vivem em moradias precárias que não garantem seu direito à vida digna nesse momento ou ainda famílias que tiveram impactos significativos provocados pelas enchentes em suas moradias. Propõem-se que sejam estudadas formas de construções rápidas e de baixo custo, mas que permitam o abrigamento das famílias com qualidade e segurança física e sanitária. Junto a essa reivindicação acrescente-se a garantia do fornecimento de água e energia elétrica às comunidades e, onde o acesso às condições sanitárias for mais precário, a instalação de pias comunitárias com produtos básicos de higiene.

**4. Para o enfrentamento às dificuldades de acesso a atendimento à saúde:** solicitamos que sejam melhoradas as condições da saúde nas regiões periféricas da cidade. Nota-se que faltam postos de saúde, profissionais, materiais básicos, medicamentos, etc. Solicitamos uma atenção especial aos cuidados com a saúde da mulher, da infância e da terceira idade.

**5. Para o enfrentamento às dificuldades relativas à Educação de crianças e jovens:** solicitamos que sejam dadas as condições para que as crianças e jovens das comunidades periféricas, favelas e ocupações tenham condições de estudarem nesse momento de pandemia e de necessidade de ensino remoto. Solicitamos também que seja fornecida às famílias dos estudantes a alimentação que antes eles tinham nas escolas. Em um prazo mais estendido, solicitamos que haja escolas disponíveis em uma proximidade de no máximo 1,5 Km da casa de todos os estudantes.

**6. Para o enfrentamento à dificuldade de aces-**

*so à informação para demandar direitos: solicitamos que o Estado faça um levantamento das necessidades mais prementes da população mais pobres nesse momento de crise sanitária, econômica e, sobretudo, social que vivemos, para garantir os direitos básicos que uma parcela significativa da população vêm tendo violados. É necessário um grande esforço do Estado, contando com a articulação do FERURB-PB, Movimentos Sociais, Associações de Moradores, Lideranças Comunitárias, etc., para que a população saiba da violação de seus direitos e que precisa ter esses direitos garantidos. Nesse sentido, solicitamos que se elabore um programa que distribua cartilhas informativas sobre os cuidados de enfrentamento à pandemia do Covid-19 e sobre as instâncias, órgãos, instituições oficiais que as populações podem acessar para a garantia de direitos. É preciso que haja articulação entre diferentes esferas do Estado e uma condução das políticas sociais de modo que permita que a população evidencie as suas necessidades e se reconheça como sujeito de direitos e não como recebedora de favores. É nesse sentido que pensamos ser possível um processo de avanço para uma cidadania possível.*

## **FÓRUM ESTADUAL DA REFORMA URBANA DA PARAÍBA**

### **Coordenação do FERURB**

## “LIDERANÇA É AQUELA QUE FAZ,

**...que quer construir, que quer que a comunidade cresça, e que os moradores percebam que é deles de direito de fato, né?!” (Wilma, comunidade do Timbó).**

Ari Gledson Batista Ferreira

Ouvir as lideranças comunitárias foi um divisor de águas importante para compreender o que as comunidades têm enfrentado neste momento de crise. Uma vez mais foi possível não só notar que as carências identificadas antes da pandemia continuam veementes, mas também que novos apelos e situações surgem cotidianamente.

Os obstáculos postos em relação às dificuldades do exercício da política não são problemas recém observados, mas continuam sendo recorrentes, de forma que podem ser vistos de forma quase que uníssona na fala de grande parte das lideranças, muitas vezes de forma mais consciente, ostentando um caráter de denúncia, outras vezes de forma indireta.

As necessidades latentes demandadas pelas comunidades quase sempre fazem menção a direitos instintivamente básicos e fundamentais (positivados ou tácitos), como a alimentação e moradia dignas, acesso a saúde de qualidade, segurança pública e educação, por exemplo. A garantia destes direitos é um dever do Estado e um direito do cidadão no exercício de sua cidadania, mas acaba servindo como moeda de troca ou, o pior, visto como uma espécie de “favor” prestado, como a entrevistada nos esclarece a partir da sua atuação:

*“ [...] que querem algo em troca, então assim, a gente aceita, porque a gente precisa, mas a gente tem que aceitar sabendo que é algo que é de direito nosso, que é algo que...que... que desde sempre vem...desde sempre é coisas que sofre mais somos a gente...”*

A dificuldade de politização e uso de suas atribuições na luta por estes direitos não é algo que acontece de forma homogênea, de forma que, não seria errado dizer que alguns moradores não se sentem como portadores daqueles direitos, o que implica, por exemplo, na falta de maior engajamento dos indivíduos, como também a entrevistada identifica - “[...] dificuldade que a gente tem é das pessoas se engajarem, porque muitas vezes as pessoas que tão envolvidas, tem envolvimento com político e não enxergam que é um bem coletivo para a comunidade, e ficam pensando no bem-estar próprio, né?”

O engajamento também pode significar um ponto negativo, quando corrompido pelos ideais de instituições mediadoras que se propõem a ajudar, mas que já possuem interesses políticos unilaterais anteriormente fixados, fortalecendo práticas como a capitalização dos indivíduos para as práticas eleitorais e o desmerecimento do protagonismo, amortecendo os conflitos e individualizando os problemas.

O diálogo que essas questões mantêm com a consciência de classe é estreito, já que os moradores estão naturalmente sujeitos a estas situações e a aplicação dessa consciência permitiria a promoção da união e do engajamento saudável, por assim dizer. E porque não do protagonismo tão merecido, como explicou Wilma, líder da comunidade do Timbó.

*“Que a gente não é utilizado, porque veem a gente como uns coitados, não nos percebem como pessoas que estamos para somar; acha que todo mundo que mora numa comunidade e periferia é analfabeto, que é fácil de enganar eles e elas, entendeu? Não é isso. Nas comunidades a gente tem pessoas com talento, tem artista, tem profissionais, jornalistas, fisioterapeuta, tem assistente social, tem radialista, tem artista. A gente que buscar mostrar pra as pessoas, não só as pessoas de fora enxergar, que a comunidade tem talento, que a comunidade tem profissionais, que a comunidade não é só o que se vê na TV. É uma luta diária. A gente tem que mostrar para as pessoas de fora, porque a mídia passa uma impressão muito triste da realidade de comunidade. E para os próprios moradores. Tá entendendo? Enfim, é isso”*

Entender o processo de consciência de classe viabiliza também a coesão entre iguais na luta pela promoção de direitos e políticas públicas a que fazem jus por serem indivíduos integrantes do seio social e não pela situação que eventualmente convivem como fruto de uma desigualdade social histórica.

# “Descolonização das mentes”

*Maria Tatiana Pinho da Silva Santos*

Acessando portais de notícias essa semana, percebi que muitos noticiavam sobre o patrimônio dos bilionários brasileiros, que aumentou US\$ 34 bilhões (cerca de R\$ 177 bilhões) durante a pandemia, segundo um levantamento da ONG Oxfam. A Oxfam International é uma confederação de 19 organizações e mais de 3000 parceiros, que atuam em mais de 90 países na busca de soluções para o problema da pobreza, desigualdade e da injustiça, por meio de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais. Os dados compilados pela Oxfam foram extraídos da lista dos mais ricos da Forbes. Segundo a ONG, desde o início das medidas de distanciamento social adotados para evitar a proliferação do Coronavírus, oito novos bilionários surgiram - um a cada duas semanas aqui no Brasil.

Nesse isolamento, observam-se enormes disparidades entre aqueles que sofrem e os que lucram com as consequências econômicas da pandemia. Mas porque isso acontece? Como é possível, em meio a um cenário de crise sanitária, poucos acumulem e multipliquem patrimônios?

A desigualdade extrema de riquezas, em suma, é a “condição preexistente” do sistema capitalista, que assim produz, reproduz e se alimenta. A pobreza e a miséria são sintomas da concentração, pois não é o aumento da pobreza que produz acumulação de riqueza, mas é o contrário, pois a concentração de renda e riqueza nas mãos de poucos que impõe a falta de renda nas mãos de muitos, ou seja, essa ascensão de bilionários segue perpetuando à custa da fome e desemprego de milhões.

No nosso projeto, que está na área da Geografia Urbana, vemos, ouvimos e constatamos que aumentam nas cidades os moradores em situação de rua, camelôs e ambulantes, e jovens (em sua maioria negra) trabalhando em serviços de aplicativos de forma precarizada e sem garantia de direitos. Nem mesmo os serviços básicos ao longo dos anos foram supridos, como educação, moradia, e saúde para todos, pelo contrário, decaem cada vez mais e aprisionam o trabalhador.

Somos um país profundamente desigual principalmente em classes, etnias, gênero e cor, com uma enorme população pobre, vulnerável, e muitas vezes despolitizada, que ignora sua própria condição, e através da espoliação, expropriação e exploração

que há a ascensão do bilionário. Mas isso pouco é pensado ou questionado pelas massas, geralmente a análise do cidadão comum que desconhece seus direitos é superficial e culpabiliza a figura que está no governo e exalta o rico na falsa ideia de meritocracia, dentro da sua percepção rasa. Não se compreende a realidade material na sua totalidade, forças atuantes, e acredita-se na dita “democracia” formal que aliena a imensa maioria do povo que desconhece sobre política e seus bastidores e ignora a soberania que talvez lhe pertencesse caso fosse despertada.

Se tratando do panorama de isolamento social, o projeto em vigor é o da austeridade. O governo federal define prioridades dos gastos públicos e em momentos de restrição de despesas, surgem medidas restritivas para a economia ou para a população. Suscita propostas de congelamento do gasto do governo em saúde, educação, entre outros serviços básicos e de desvinculação das despesas, mas há quem serve isso?

No neoliberalismo (política atual no Brasil) a austeridade é usada para aumentar a injustiça no uso dos recursos e prejudicar seu crescimento, bem como a geração de empregos. Ou seja, a austeridade do Estado que é pregada pelos neoliberais pode prejudicar o orçamento familiar, sobretudo dos trabalhadores e das famílias economicamente mais vulneráveis. Amplia a concentração da renda e a pobreza, e diminui o crescimento da renda e do emprego. Mas para o grande empresariado, as ajudas aumentam e permanecem.

Diante desse cenário, a Oxfam apresenta em seu relatório uma série de propostas, como a adoção de impostos sobre grandes fortunas, pacotes públicos para resgatar empresas que podem ser salvas e impostos sobre os resultados extraordinários de grandes corporações e um “novo pacto fiscal” que seja estabelecido para “fortalecer a cultura tributária” e reduzir a evasão, mas tudo isso com uma forte redução tributária para aqueles que estão na pobreza.

Embora apontem caminhos, não basta apenas reduzir a pobreza, é preciso reduzir a distância entre os mais ricos e os mais pobres. Investimentos na área da educação e da ciência e tecnologia são meios para o país e algumas mentes terem autonomia e assim prospectar-se o desenvolvimento econômico e social. Mas essa autonomia pode não ser tão autárquica

assim, pois há forças que controlam a periferia desse sistema, e nos colocam limitações. Portanto, precisamos antes transcender o discurso colonizador, onde as políticas são planejadas pelos países desenvolvidos, e nunca a partir de uma iniciativa nossa. Países colonizados são sempre objetos do discurso de direitos humanos dos colonizadores e nunca sujeitos dos direitos humanos. Lutar contra um pensamento hegemônico, descolonizar, é o pontapé inicial para nossa emancipação social e econômica, e assim diminuir de fato aquilo que conhecemos por desigualdade. A construção de um verdadeiro humanismo só se dá com o fim da exploração do ser humano pelo outro ser humano, ou seja, com o fim de todas as hierarquias.

[https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/27/patrimonio-dos-super-ricos-brasileiros-cresce-us-34-bilhoes-durante-a-pandemia-diz-oxfam/consultado em 27/07/2020](https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/27/patrimonio-dos-super-ricos-brasileiros-cresce-us-34-bilhoes-durante-a-pandemia-diz-oxfam/consultado-em-27/07/2020)

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/27/relatorio-oxfam-desigualdade-pandemia.htm/> consultado em 27/07/2020 <https://www.oxfam.org.br/> consultado em 27/07/2020

<https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/descolonizar-o-saber-e-o-poder/> consultado em 27/07/2020

# O discurso feminista “LIBERAL”

*Quantas vezes você você saiu do seu apartamento  
E chegou no térreo com um prato de alimento  
Pra tia que tava tramando no sinal  
Pra sustentar os quatro filhos que já tá passando mal de fome?  
Quando foi que cê parou pra perguntar o nome  
E pra falar sobre seu ativismo?  
Quando foi que cê pisou numa favela pra falar sobre o seu  
Fe-mi-nis-mo?  
Sempre deixando pra amanhã  
Deixando pra amanhã  
Há miliano que cês tão queimando sutiã*

*Sempre deixando pra amanhã  
Deixando pra amanhã  
Há miliano que cês tão queimando sutiã*

*(Trecho da música: “De dentro do apê”, Compositora: Bia Ferreira).*

*Maria Tatiana Pinho da Silva Santos*

O capitalismo é patriarcal e racista. Um sistema que faz as mulheres mais pobres e negras sofrerem e ganharem menos, as sobrecarregam em uma carga excessiva de trabalho muitas vezes não remunerado, onde ela é a responsável pela casa (quando se tem uma), finanças e, principalmente pelos filhos. O trabalho das mulheres é intensamente explorado para garantir a apropriação privada de riqueza por parte do grande capital. São relações sociais estruturantes, considerando as relações de classe, de sexo, e raça, se tornando agressiva a partir dessa expansão da propriedade privada, da financeirização do capital, do fortalecimento de distinções naturais para a construção da dicotomia dos sexos, logo, é possível afirmar que o capitalismo é responsável pela reafirmação e construção das divisões que causam e aumentam as violências de todo o tipo, e principalmente contra o gênero, a sexualidade, a transexualidade e tudo que invoca o feminino.

Analisando o ensaio publicado em 2018, pela Universidade Federal de Alagoas, oriundos de reflexões de aulas proporcionadas pela componente: “Gênero e Serviço Social”; esse estudo nos diz que a discriminação é a maior das barreiras enfrentadas pela mulher no mercado de trabalho, o preconceito é a fonte da discriminação, associado a ideias preconcebidas e estereotipadas, ou decorrente de intolerância e xe-

nofobia, e relacionado diretamente ao gênero feminino, e à cor negra. Conforme Andrade (2016), as mulheres também sofrem discriminação por conta de suas origens, idade, orientação sexual, gravidez, doença e deficiência, além das mulheres serem vítimas recorrentes de assédio, tanto moral como sexual. A inserção das mulheres no mercado de trabalho é vista como secundária, por conta de seu papel de “cuidadora” do lar e da família.

Pesquisas de 2014 evidenciaram que as mulheres representavam 52,3% da população em idade ativa e são apenas 43,3% da população economicamente ativa, o número de inativas se relaciona a donas de casa, mulheres grávidas ou mães solteiras que optam por não estar no mercado de trabalho. Tendo a menor taxa de participação que somada à maior taxa de desemprego feminino, leva a uma taxa de ocupação menor das mulheres no mercado de trabalho, porém, entre os ocupados, a taxa de assalariamento das mulheres é maior do que a dos homens. Já a taxa de formalização é mais baixa para as mulheres (71,1%) do que para os homens (76,8%), indicando uma inserção mais precária das mulheres assalariadas, as mulheres estão mais inseridas nas ocupações com remuneração menor. Quanto aos rendimentos médios, estes são menores para as mulheres em todas as ocupações. Lutar pela emancipação feminina, destruindo

a condição imposta pela instituição da propriedade privada, requer a eliminação dessa forma de propriedade e conseqüentemente destruir a simbiose capitalismo-patriarcado-racismo e heteronormatividade.

A crise sanitária atual tem ampliado as desigualdades sociais e alarga a superexploração da classe trabalhadora, mas, sobretudo, das mulheres durante esses tempos. Nesse último mês entramos em contato com mulheres, lideranças, moradoras de algumas comunidades precarizadas aqui de João Pessoa, na Paraíba, e analisamos todos os discursos, falas, solicitações, e identificamos situações de violação de direitos de um número expressivo de gestantes, parturientes, puérperas e dentre essas, o que mais chamou a atenção é a quantidade de mulheres “chefes” de família, e únicas responsáveis pelas criações dos filhos, além de um número crescente de mulheres gestantes na fase da adolescência. Além de tudo, possuem maiores obstáculos para terem acesso a moradia adequada, pois estão em uma condição de maior vulnerabilidade (sem trabalho, sem consciência de seus próprios direitos e inúmeras responsabilidades) e por tal, não exercem sua cidadania de forma plena. Para isso, é importante entender que mesmo as mulheres “donas de casa” não estão fora das relações capitalistas, o serviço de casa desempenhado por muitas mulheres, continuam desempenhando funções na lógica capitalista, na medida em que o capitalismo também depende do serviço doméstico para se consolidar.

O trecho da música citado acima é um meio de mostrar como é fácil falar sobre feminismo quando se tem conta bancária, reivindicar liberdade sexual quando não se está entre as principais vítimas de violência sexual e clamar por salários iguais quando se tem um salário. No entanto, o feminismo é um tema muito mais complexo, que se intensifica devido às desigualdades sociais e raciais. É fundamental para o entendimento das disparidades analisar a realidade habitada por uma mulher periférica, da favela, mas antes disso, entender as raízes e falácias no discurso sobre a emancipação da mulher. Ampliar o olhar. Libertar-se desse discurso hierárquico, raso, fechado e principalmente pautado em uma ideologia liberal.

Suscitam-se muitas vezes atitudes individualistas e não coletivas, em alguns movimentos feministas, que não são de forma alguma anti-capitalismo, pelo contrário, se pautam em superficialidades e não na raiz do problema. Quanto mais esses grupos antes marginalizados vão ganhando “empoderamento” mais o marketing das empresas e as campanhas publicitárias vão abraçando-os. E obviamente a discus-

são sobre a causa de tal opressão, vai sendo abafada.

Considerando que o grau de emancipação da mulher é a medida natural do grau de emancipação geral e que o desenvolvimento livre de cada um é condição do desenvolvimento de todos, liga de forma indissolúvel a emancipação da mulher à luta por profundas transformações sociais, à luta pelo fim da sociedade capitalista, em que a riqueza de uns se acumula à custa da exploração e opressão de outros seres humanos. Somos uma sociedade feita de grupos e classes de pessoas que exercem poder uns sobre outros.

A conquista da educação de qualidade para a periferia é um primeiro passo, tarefa difícil, embora muito importante. Lutar pelo direito de frequentar universidade, biblioteca, os espaços públicos de toda a cidade, porque isso acaba possibilitando também às mulheres ampliarem seus horizontes e terem uma formação diferenciada da lógica privada, doméstica.

Em um artigo, publicado no seminário de pesquisa, da Universidade Estadual de Londrina, sobre a grande intelectual Rosa Luxemburgo e sua luta pela educação e emancipação da classe trabalhadora, nos lembra que Rosa, coloca a práxis como unidade dialética entre realidade objetiva e ação subjetiva, ou seja, é na própria prática que o indivíduo transforma sua realidade histórica e social e também sua consciência, como forma de promover uma revolução na estrutura da sociedade. Uma educação que permita o desenvolvimento de todas as suas potencialidades enquanto gênero humano, sua emancipação enquanto classe e conseqüente construção de uma nova forma de sociedade para além do capital. Pois quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem. O feminismo é um fazer político, despertado no coletivo.

PACHECO DE MESQUITA, Andréa; LIRA DA SILVA, Jacqueline; PEREIRA DA COSTA, Renata Aranda. OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO FEMININA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: IMPACTOS ÀS RELAÇÕES DE GÊNERO NA ERA DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL. Anais do Congresso Internacional de Direito Público dos Direitos Humanos e Políticas de Igualdade, [S.l.], v. 1, n. 1, set. 2018. ISSN 0000-0000. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/dphpi/article/view/5732>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

BUCZEK, Yohana Graziely de Oliveira ; DOMINGUES, A. ; SOUZA, O. M. . Rosa Luxemburgo: uma mulher na luta pela educação e emancipação da classe trabalhadora. In: V Jornada de Didática e IV Seminário de Pesquisa do CEMAD: Saberes e práticas da docência, 2018, Londrina. Temas contemporâneos na Educação. Londrina, 2018. p. 930-935. Acesso em: 17 jul. 2020.

# Juventudes, emprego e pandemia: relato de jovem estudante sobre trabalho, educação e o coronavírus

*Lucas Gabriel Feitosa Dantas*

Me chamo Lucas Dantas, sou estudante do curso de Geografia (bacharel), faço parte do projeto “Direito à Cidade” coordenado pelo professor Rafael Faleiros e venho relatar um pouco sobre minha experiência, aprendizado e vivência nesse período de quarentena.

Bem, de maneira geral esse momento está sendo bem atípico, por diversos motivos, um deles se dá pelo fato de eu possuir uma rotina ocupada até pouco tempo atrás. Até meados de maio possuía um emprego e conciliava de maneira satisfatória com meus estudos na universidade. Minhas aulas presenciais se davam no período da noite e o trabalho era no turno matutino até mais ou menos 13 horas e tinha de ir à universidade por volta das 19 horas, então nesse período de intervalo costumava revisar a matéria passada em sala e realizar os exercícios e trabalhos destinados ao meu curso. Essa rotina me acompanhou até meados do final de março, e logo depois, as atividades na universidade cessaram, interferindo diretamente na dinâmica em que estava acostumado. Vi muita gente da universidade se resguardando e podendo adotar à quarentena, pois só tinha como afazer as aulas presenciais ou projetos relacionados à academia. No meu caso era diferente, pois necessitava ainda trabalhar de forma presencial, uma vez que a empresa não se adequou rapidamente ao modelo de home office de imediato e quando adotou, no meu caso, foi um breve período de um pouco mais de um mês.

Logo em seguida, recebi a notícia que precisava retornar ao trabalho e me arriscar na rotina de sair de casa e ter contato, mesmo tomando os devidos cuidados, com alguns outros colegas, que por algum motivo, não estavam trabalhando de home office. O motivo de meu retorno ao trabalho se deu porque estava na lista de empregados que iriam ter seus contratos rescindidos, uma vez que a empresa passava por um momento de incerteza motivado pela pandemia, assim como muitas outras.

Confesso que o medo e a incerteza, naquele momento, foi bastante presente, uma vez que a continuidade da crise motivada pela pandemia também gerava incerteza não só para mim, como também para muitos outros trabalhadores. Por um mês, vivenciei a incerteza de ser contaminado pelo vírus, já que a modalidade de demissão (aviso prévio) contemplou a continuidade da ida à empresa e o medo de não conseguir um novo emprego, assim como as dificuldades financeiras que iriam ser acarretadas. Porém, mesmo diante de toda dificuldade, sinto que a minha situação é de bastante privilégio em comparação à outras pessoas. Pois, ainda terei meus direitos trabalhistas ad-

quiridos, uma vez que possuía carteira assinada desde o ano de 2017.

O motivo de me sentir privilegiado, em certos aspectos, se dão pelo contato com alguns depoimentos que o projeto me ofereceu. Diversas pessoas ligadas diretamente à comunidade sempre relataram as dificuldades e descasos das mais diversas formas (e.g. falta de políticas públicas). Logo, o que se entende é que essas dificuldades já eram enfrentadas antes da pandemia (fome, falta de acesso à medicamentos, vulnerabilidade que suas moradas se encontram, etc.). Agora, com todo esse processo motivada pela crise do Corona vírus, a situação está se agravando diariamente e sem perspectiva de melhora. Além de todos esses problemas antes mencionados, soma-se agora o risco à contaminação.

De fato, um dos pensamentos que me acompanhou durante o curto período que pude realizar de isolamento foi que muitas pessoas tinham a rua como ganha-pão e o fluxo de pessoas motivava sua renda. Infelizmente, vivemos num país que vira às costas para essa situação e para essa população, que muitas vezes, tiveram o auxílio negado ou não tiveram como solicitar, já que não possuíam acesso à internet, celular etc. Fazer parte de um projeto de extensão nesse momento, sem dúvidas, foi essencial para que muitas questões fossem trabalhadas em mim, principalmente a questão da necessidade de voltar os olhos para a população da comunidade e seus enfrentamentos diários pela sobrevivência.

Com relação ao direito à cidade, percebo, de forma geral, não só aqui na Paraíba o quanto nosso país é desigual e que em momentos de crise e instabilidade, a população mais pobre sempre será a primeira a sofrer as consequências imediatas e por um período maior, já que no Brasil existe um déficit de políticas públicas voltadas à camada da população mais pobre e vulnerável.

Por fim, acredito que meu desejo não se diferencia da grande maioria da população, já que espero que essa pandemia cesse e possamos retomar nossas atividades e nossa rotina o quanto antes, e que, aos poucos, consigamos enxergar e apreender a diferenças sociais em nossa população, bem como a responsabilidade que possuímos no momento de decidir e eleger os políticos que estão nos representando diariamente. Sem querer levantar bandeira partidária ou abrir nova discussão sobre essa pauta, acredito que a situação de crise que o Brasil atualmente se encontra é motivada não só pelo vírus, mas também por questões políticas e ideológicas.

## Dados relacionados ao avanço da pandemia na cidade de João Pessoa - PB

Maria Tatiana Pinho da Silva Santos

Segundo dados da Prefeitura Municipal de João Pessoa apresentados no painel de vigilância epidemiológica, na data de 30/07/2020, disponível em site, houve um expressivo aumento do COVID-19; segue tabela com a ordem de números de casos, do maior para o menor, e os bairros onde está ocorrendo o evento:

Número de casos	Bairro
1457	MANGABEIRA
1007	CRISTO REDENTOR
825	VALENTINA
660	OITIZEIRO
651	CRUZ DAS ARMAS
699	GRAMAME
688	MANAIRA
536	BAIRRO DAS INDÚSTRIAS
450	ERNESTO GEISEL
406	TORRE
353	MANDACARU
443	BESSA
393	BANCARIOS
402	FUNCIONARIOS
421	JARDIM CIDADE UNIVERSITARIA
455	JOSE AMERICO
345	BAIRRO DOS ESTADOS
324	VARJAO
390	JOAO PAULO II
295	JARDIM VENEZA
280	CENTRO
272	ALTO DO MATEUS
286	JAGUARIBE
285	JARDIM OCEANIA
232	ALTIPLANO
260	MIRAMAR
216	TREZE DE MAIO
238	TAMBAU
194	AERoclUBE
218	ERNANI SATIRO
162	ALTO DO CEU
186	CASTELO BRANCO
205	CUIA
232	CABO BRANCO
214	MUCUMAGRO
165	PORTAL DO SOL
216	PARATIBE
147	ROGER
144	BAIRRO DOS IPES
153	COSTA E SILVA
150	BRISAMAR
218	SÃO JOSE
135	TAMBAUZINHO
97	PADRE ZE
101	ILHA DO BISPO
112	EXPEDICIONARIOS
108	ÁGUA FRIA
110	PLANALTO DA BOA ESPERANCA
81	VARADOURO
85	TAMBIA
72	TRINCHEIRAS
111	CIDADE DOS COLIBRIS
78	PEDRO GONDIM
87	GROTAO
92	JARDIM SÃO PAULO
38	DISTRITO INDUSTRIAL
37	JOAO AGRIPINO
9	MUMBABA
17	ANATOLIA
8	PONTA DOS SEIXAS
8	PENHA
2	COSTA DO SOL

A partir desses dados da Prefeitura, consultados no dia 30 de julho, visualizamos que há 17.261 casos confirmados de Covid-19 na cidade. Há 57 dias, no dia 03 de junho havia 3930 casos confirmados de Covid-19 em João Pessoa e, observando por alguns bairros, podemos visualizar algumas questões sobre a expansão do Covid-19 em comparação ao mês de junho, no espaço da cidade através da tabela abaixo:

Posição 03-6/30-7	Casos Covid-19 João Pessoa			Nº aumento de Casos	Aumento de Casos %
	Bairros	03/06	30/07		
1º/1º	Mangabeira	280	1457	1177	420
3º/2º	Cristo Redentor	229	1007	778	339
4º/3º	Valentina	163	825	662	406
6º/4º	Gramame	141	699	558	395
3º/5º	Manaira	183	688	505	275
	Cruz das Armas	154	651	497	322
7º/22º	Altiplano	83	232	149	179
	Bairro dos Estados	115	345	230	200
	José Américo	87	455	368	422
	Bancários	96	393	297	309
	Tambaú	68	238	170	250
	Aeroclube	61	194	133	218
	Ernesto Geisel	93	450	357	383
14º/6º	Oitizeiro	109	660	551	505
	Bairro das Indústrias	123	536	413	335
	Jardim Oceania	75	285	210	280
	Mandacaru	101	353	252	249
	Miramar	61	260	199	326
	Torre	105	406	301	286
	Bessa	108	443	335	310
	Funcionários	84	402	318	378
	Jardim Cidade Universitária	90	421	331	367
	Centro	109	280	171	156
	Jaguaribe	89	286	197	221
	Alguns bairros (amostras) de João Pessoa desta tabela	2807	11968	9161	326
Fontes: Site da Internet da Prefeitura de João Pessoa/painel Covid-19: <a href="https://experience.arcgis.com/experience/d76ba516389d4e83b9a778d266cac5c1/">https://experience.arcgis.com/experience/d76ba516389d4e83b9a778d266cac5c1/</a> ; Site da Internet do Governo do Estado da Paraíba: <a href="https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/">https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/</a> ; Site da Internet ParaíbaOnline: <a href="https://paraibaonline.com.br/2020/05/joao-pessoa-tem-58-bairros-com-casos-de-covid-19/">https://paraibaonline.com.br/2020/05/joao-pessoa-tem-58-bairros-com-casos-de-covid-19/</a> ; consultados em 03/06/2020 e 30/07/2020.					

Na distribuição espacial desses dados, verifica-se que há um aumento de número considerável de casos em todas as regiões, exceto o bairro Costa do Sol, onde aumentou só um caso, talvez tenha até outras ocorrências, porém não foram contabilizados nessa delimitação. Embora que, esse bairro muito próximo ao Altiplano, está em expansão imobiliária, e no momento tenha poucos moradores, pouca movimentação, além de ser um local de difícil acesso (sem linhas de ônibus), está próximo ao centro de convenções da cidade.

Nota-se o maior aumento em bairros centrais empobrecidos e em bairros periféricos, com poucas exceções. Por exemplo, o bairro do Cristo Redentor, ultrapassou o ranking do mês passado e ocupa a segunda posição, com um aumento considerável de 778 casos, seguidos por Valentina e Gramame, enquanto Manaíra foi para a quinta posição (estava na terceira posição em junho) relacionando aos números atuais. Ou seja, os bairros mais pobres e populosos subiram e estão chegando a ocupar as primeiras posições no ranking de número de casos.

No Altiplano havia 83 casos, e atualizados são 232, porém outros bairros tiveram um aumento percentual maior em relação a este bairro, 179% de aumentos, enquanto a média para os bairros gera em torno de 300%. Já em Oitizeiro (bairro central) o aumento de números é alarmante, de 109 casos foram para 660, no intervalo de 57 dias. Um aumento de 505 % de casos em menos de dois meses. O bairro de Oitizeiro é muito popular, conhecido pela feira livre que ocorre geralmente aos domingos, atraindo o público de todos os bairros e região metropolitana, além de ter um comércio diversificado e o mercado público bem equipado e sempre movimentado.

No portal de notícias: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/07/24/mais-de-200-feirantes-testam-positivo-para-covi-19-em-joao-pessoa.ghtml>, do dia 24/07/2020, informou que, ao menos 201 profissionais que atuam em feiras localizadas em João Pessoa testaram positivo para Covid-19, entre a segunda-feira (20) e a sexta-feira (24). Os testes foram feitos durante ações preventivas realizadas pela prefeitura da capital para evitar a propagação do novo coronavírus com a volta de atividades nas feiras da cidade.

Em outro portal de notícias mais antigo, publicado no dia 17/05/2020, <https://www.portalt5.com.br/noticias/paraiba/2020/5/329709-mesmo-suspensa-feira-livre-e-realizada-e-tem-aglomeracao-em-joao-pessoa>, denunciou que mesmo com a suspensão das feiras livres, publicada no decreto do dia 9 maio, a manhã do domingo de 17/05/2020, foi movimentado na feira de Oitizeiro. Mercados continuaram funcionando com os serviços essenciais (frutas, verduras e açougue) e a equipe de reportagem da TV Tambaú recebeu denúncias de telespectadores e flagrou vários pontos de aglomeração no ambiente.

A feira de oitizeiro é uma das mais conhecidas da capital paraibana, é um lugar onde concentra diversas manifestações culturais e sociais. O Acesso principal a feira de se dá pela Avenida Cruz das Armas, localizada no bairro de Oitizeiro.

Dados Covid19 por bairros em João Pessoa em 03/07/20
<b>Total: 10.599</b>
Dados Covid19 por bairros em João Pessoa em 30/07/20
<b>Total: 20.158</b>

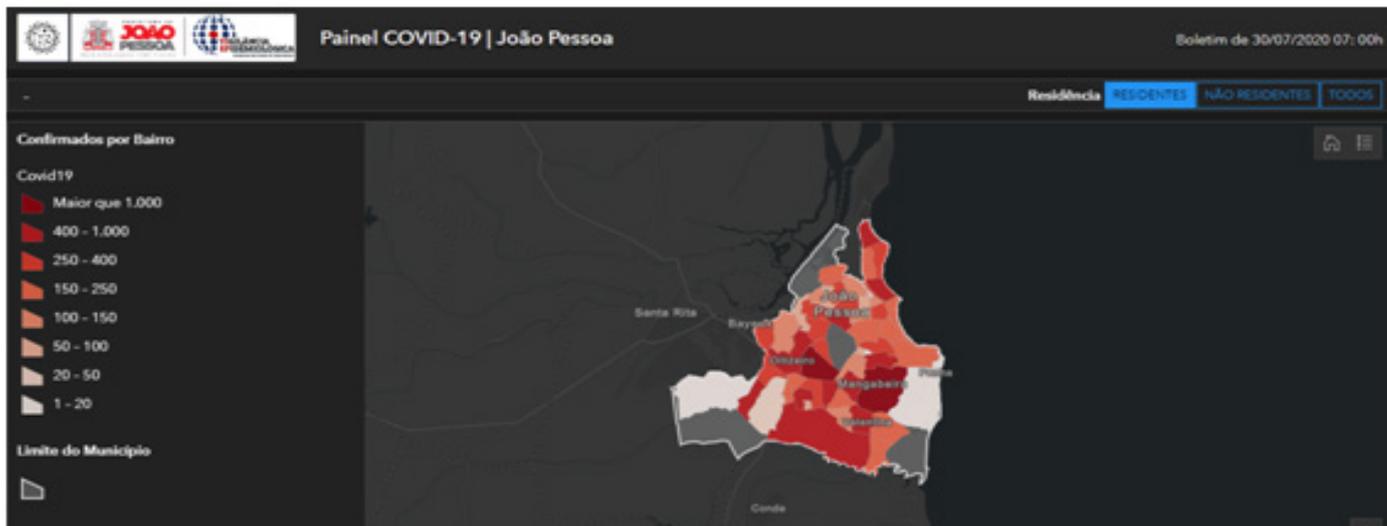
Já no site do Governo do Estado da Paraíba, segue a informação que, até 23/07/2020, a Paraíba registrou 2.132 novos casos de Covid-19 e 37 óbitos confirmados, 09 deles ocorridos nas últimas 24h. Até o momento, 73.104 pessoas já contraíram a doença, 28.566 já se recuperaram e 1.618 faleceram. Até o momento, 214.453 testes para diagnóstico da Covid-19 já foram realizados.

Casos Confirmados: 73.104
Casos Descartados: 84.047
Óbitos confirmados: 1.618
Casos recuperados: 28.566
Total de municípios: 221

#### Fontes:

<https://experience.arcgis.com/experience/d76ba516389d4e83b9a778d266cac5c1/> acessado em 03/07/20, Painel COVID-19 João Pessoa, Vigilância Epidemiológica, Prefeitura de João Pessoa.

<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/noticias/atualizacao-covid-19-23-07-2020>



#### Casos Prováveis

**20.158**

#### Confirmados Coronavírus

**17.261**

#### Recuperados Coronavírus

**10.621**

#### Óbitos por Coronavírus

**610**

#### Óbitos em Investigação

**34**

# A necessidade da utopia do direito à cidade para enfrentar a segregação e conflitos urbanos no pensamento e na ação

Rafael Faleiros de Padua

Pensando na articulação da dimensão espacial da precarização da vida com a esfera dos direitos fundamentais, verificamos que há uma contradição entre o espaço urbano como lugar da reprodução da vida e o espaço urbano como lugar de estratégias para a reprodução econômica. No avanço da pandemia, as violações de direitos são agravadas em suas determinações espaciais, definindo a segregação sócioespacial. A noção de segregação nos ajuda a pensar as desigualdades vividas concretamente no espaço, numa cidade onde as separações vão sendo impostas no processo de avanço da privatização dos espaços-tempos da vida.

Num contexto de imposição autoritária de um neo-liberalismo selvagem, cujo objetivo é transformar tudo em mercadoria e que a sociedade seja completamente regulada pelo mercado, aumentam as dificuldades para a implementação de políticas sociais e para políticas de garantia de renda mínima, fato que nesse momento ganha mais dramaticidade para as parcelas mais pobres da sociedade.

Nos últimos 4 anos, são várias as medidas estatais que retiram direitos sociais, como a reforma trabalhista, que efetivamente é a destruição de direitos do trabalho, e a PEC de congelamento dos gastos sociais por 20 anos, que resulta numa imensa diminuição de recursos para as áreas de Saúde e Educação. Na cidade, essas medidas são concretamente vividas enquanto precarização da vida, maior dificuldade dos pobres usarem a cidade e aumento dos conflitos pelo espaço, já que as estratégias da acumulação do capital vão avançando sobre os espaços da vida.

O Projeto de Extensão *“Planejamento e Desenvolvimento Urbano Sustentável X Direito à Cidade: diálogos e experiências de planejamento urbano em contexto de conflitos socioambientais”* (UFPB no seu município, 2020), coordenado pelo Prof. Dr. Alexandre Sabino do Nascimento, com o qual o nosso projeto de extensão tem uma articulação nas atividades e debates, está trabalhando os conflitos entre o planejamento hegemônico (cujo propósito é agilizar o espaço da cidade enquanto mercadoria a ser valorizada pela produção do espaço pelos agentes hegemônicos, assim como pela configuração de um espaço espetáculo para o turismo) e os espaços-tempos da vida de populações pobres que habitam lugares estratégicos para o planejamento hegemônico. Diante desses conflitos, que revelam a contradição da cidade enquanto o lugar do uso de toda a sociedade e a cidade privatizada, com seus espaços fragmentados e cuja apropriação é mediada pela lógica da mercadoria, verificamos que reforça a necessidade do debate sobre os conteúdos da noção ou do horizonte utópico do Direito à Cidade.

No momento em que violentamente direitos sociais fundamentais vão sendo transformados em mercadorias, degradando ainda mais a vida das parcelas mais pobres da população, é preciso retomarmos com força o horizonte utópico do Direito à Cidade, que orienta as ações para uma cidade que seja espaço da apropriação concreta do cidadão. É um horizonte aberto para o devir e não um modelo que se reduz à soma de direitos como moradia, saúde, educação, saneamento, cultura, mobilidade, etc., mas sim uma orientação para o pensamento e para a ação que recoloca a realização do humano como finalidade da produção da cidade. Essa questão se apresenta como uma forma de pensar os direitos para além dos direitos postos pelo Estado Capitalista, apontando para a transformação da sociedade em que o uso e a troca concreta entre cidadãos seja mais importante que a troca o uso mediado pela realização do capital e pela troca mercantil.

Nesse sentido, a prática dos movimentos sociais é fundamental para a transformação da cidade, pois eles evidenciam as necessidades mais prementes, que revelam contradições que precisam ser superadas, denunciando as desigualdades e apontando para as possibilidades de conquistas de direitos. Há dificuldades nesse debate do Direito à Cidade enquanto um horizonte utópico que aponte para as possibilidades de uma cidade da apropriação, pela própria violência da lógica da mercadoria sobre a vida cotidiana de todos, sobretudo, a dos mais pobres. Mas ao mesmo tempo, é necessário insistir no fato de que a realidade é uma totalidade aberta, e a utopia nos ajuda a resgatar a dimensão dos direitos humanos fundamentais, que permite o avanço da noção, entre os pobres, do direito a ter direitos, criando novos sentidos e novas possibilidades para a realização da

vida urbana.

Essas são questões práticas e teóricas que nos ajudam no encaminhamento das atividades do nosso projeto de extensão, implicando um trabalho coletivo que congrega estudantes, professores, movimentos sociais, representantes de órgãos de defesa dos direitos humanos, representantes de comunidades periféricas numa troca concreta e contínua em luta por uma cidade da apropriação.

#### **Dicas de leitura:**

SERAFIM, Lizandra e TRINDADE, Thiago Aparecido. Desafios da participação para a transformação do Estado e da sociedade. In: TEIXEIRA, Ana Cláudia, ALMEIDA, Carla, MORONI, José Antônio (Orgs.) a Rede de pesquisadores e pesquisadoras Democracia e Participação, julho de 2020. Acesso pelo link: <https://reformapolitica.org.br/2020/07/27/a-democracia-necessaria-e-desejada-dilemas-e-perspectivas/>

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Covid-19 e a crise urbana. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Acesso pelo link: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/471>

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES/FÓRUM NACIONAL DA REFORMA URBANA. As Metrôpoles e a COVID-19: Dossiê Nacional. Publicado em 29/07/2020 no site: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/as-metropoles-e-a-covid-19-dossie-nacional/>

**Projeto de Extensão “Direito à Cidade e as lutas pelo espaço urbano: necessidades radicais e utopia” (PROBEX/UFPB, 2020)**

**Professores participantes:** Alexandre Sabino do Nascimento, Arlete Moysés Rodrigues, Doralice Sátyro Maia, Glenda Dantas Ferreira e Rafael Faleiros de Padua (coordenador).

**Aluna bolsista:** Maria Tatiana Pinho da Silva Santos.

**Alunos voluntários:** Ari Gledson Batista Ferreira, Francisco Dantas Gadelha Júnior, Lucas Gabriel Feitosa Dantas.

**Diagramador:** Francisco Dantas Gadelha Júnior.

**Representantes de entidades parceiras:** Roberto Guilherme, Joabson da Silva Porto.

**Entidades participantes:** GEURB-UFPB, FERURB-PB, MPF-PB, FDDHMMA.